

LÓGICA DA LINGUAGEM E JOGO DE COMUNICAÇÃO. DA “REVOLUÇÃO” ANALÍTICA À “REVIRAVOLTA” HERMENÊUTICA

Introdução

A relação ordem – mundo – linguagem

A relação intrínseca entre linguagem e ordem não é apanágio exclusivo da analítica. Na verdade, antes mesmo de ser formulada e sistematizada por Rudolf Carnap na esteira de uma análise lógica da linguagem [*Logische Analyse der Sprache*], tal relação encontra-se já acenada, desde a época clássica, no emprego polisêmico do termo *lógos*.

Na mundividência clássica, *lógos* pode designar palavra ou discurso, razão ou cálculo, norma ou regra, sendo a lógica uma “ciência do discurso” [*tékhne logiké*] destinada a determinar as condições de uso da verdade no pensamento discursivo de molde a evitar erros e contradições no raciocínio. A linguagem, por seu turno, era concebida como reprodução (síglica) da ordem do mundo, sendo a ordem do mundo aferida mediante a ordem imanente da linguagem. É nestes moldes, pelo menos, que Aristóteles procede à inventariação lógica das categorias predicamentais do discurso entendido como “função judicativa”, reservando para a Lógica o estudo da relação sujeito-predicado enraizada na ordem ontológica da substância [*ousía*].¹

1. Essa ordem ontológica estaria *pre-figurada* na estrutura do modelo *linguístico* indo-europeu, modelo esse radicado, por seu turno, na

Foi sobretudo com Leibnitz que, todavia, a ideia de uma representação da *ordo mundi* na linguagem atingiu a sua máxima precisão. A ideia de uma pura forma do discurso, independente de todo o conteúdo significativo das palavras constitui, com efeito, um tópico recorrente na lógica leibnitzeana. Seguindo as concepções lógicas de Port-Royal, a comunicação universal deve, segundo Leibniz, desenvencilhar-se, tanto quanto possível, das armadilhas da linguagem corrente e elevar-se ao plano de um *calculus ratiotinator* entendido como *characteristica universalis*.²

A fecunda tensão entre lógica e hermenêutica, entre sintaxe e semântica – insinuada já na atenção dispensada por Aristóteles ao cálculo [*pséphos*] e ao signo [*séma*] – atinge, na modernidade, o extremo paroxismo de uma razão cindida, a partir do momento em que Leibniz, fazendo tábua rasa dessa distinção clássica, reduz unilateralmente a linguagem à ordem lógica da matemática, por forma a elevar o saber à sua máxima univocidade.³ A ideia de uma ordem do mundo formatada numa pura lógica da linguagem suscita, todavia, uma questão para a qual os modernos e, contemporaneamente, a logística, não lograram encontrar uma resposta satisfatória: em que modelo de linguagem ter-se-á de inspirar a ordem lógica, de forma a configurar uma ordem cósmica elevada à suprema univocidade? Na ordem contingente das linguagens possíveis, ou na ordem absoluta de uma linguagem ideal? Mais ainda: poderá a lógica desfazer essa aporia pelos seus próprios meios, isto é, sem recorrer a um nível de linguagem que exceda os limites formais que auto-prescreveu para si mesma, ou terá de postular hermeneuticamente o crivo da metafísica, mesmo que isso custe um retorno à linguagem corrente e natural?

virtualidade *onto-lógica* do verbo *ser* [*einai*]. Cf. LOHMANN Johannes, «L'origine du langage», in *Revue de Théologie et de Philosophie*, Lausanne IX (1959) 322-337

2. Cf. LEIBNITZ G. W., *Essai de Calcul logique* (1689?), in *Opuscules et fragments inédits*, Louis COUTURAT (ed.), Darmstadt, 1988, pg. 250; *Sur la caractéristique et la Langue universelle* (1690?), in *Ibid.*, pg. 284; *Calculus ratiotinator* (1695?) in *Ibid.*, pg. 236

3. Cf. KNEALE William and Martha, *The development of Logic*, Oxford, 1978, pp. 320-332

I. A destilação analítica da linguagem: o Wittgenstein do *Tractatus*. O problema da sustentabilidade interna da análise lógica da linguagem.

É com Bertrand Russel e Ludwig Wittgenstein que, no âmbito da filosofia da linguagem, a relação entre lógica e metafísica adquire contemporaneamente uma peculiar acuidade. Dando voz àquele desígnio que atravessa a história da lógica de intercambiar a ordem do mundo, a ordem da matemática e a ordem da linguagem, seria legítimo esperar que o *Tractatus Logico-philosophicus* pudesse, mediante o pressuposto da forma idêntica entre lógica e mundo, assumir a incontornável tutela de uma “secreta metafísica” da lógica.⁴

A verdade, porém, é que o desígnio da analítica não se baseia no pressuposto dessa “secreta metafísica”. Bem pelo contrário. A avaliar o alcance da análise da expressão simbólica, tal como se encontra definida no *Tractatus*⁵, a analítica representa, na trajectória do pensamento contemporâneo, o expoente máximo da crítica ao discurso metafísico.

Essa crítica da linguagem simbólica à metafísica encontra-se, de resto, bem realçada por Russel nas palavras introdutórias ao *Tractatus* de Wittgenstein:

«(...) O *Tractatus* do Sr. Wittgenstein, venha ou não a provar-se que é a verdade suprema acerca dos temas que trata, merece bem com certeza, em virtude da sua inspiração, profundidade e alcance, ser considerado um acontecimento importante no mundo da Filosofia. Partindo dos princípios do Simbolismo e das relações necessárias entre as palavras e as coisas, acaba por aplicar o resultado desta investigação aos ramos tradicionais da Filosofia, mostrando como em

4. Cf. APEL Karl-Otto, *La Transformación de la Filosofía*, trad. por Adela CORTINA et al., Madrid, 1985, tomo I, pg. 163

5. Cf. WITTGENSTEIN Ludwig, *Tratado lógico-filosófico*, trad. por M.S. LOURENÇO, Lisboa, 1987, 3-315

cada passo a Filosofia tradicional e as soluções tradicionais resultam da ignorância dos princípios do Simbolismo e de um uso impróprio da linguagem. (...)».⁶

O libelo russeliano contra a “filosofia tradicional” antecipa, a seu modo, o mote fundamental do pensamento de Wittgenstein e, sob o influxo deste, o do positivismo lógico: a suspeita da carência de sentido de toda a metafísica.

Segundo Rudolf Carnap, incontornável “guia espiritual” do positivismo lógico, a causa para o malogro das pretensões científicas da metafísica deve-se em larga escala, por um lado, ao facto de os seus (pseudo-) enunciados não resistirem a uma **análise lógica**, e, por outro, ao facto de o seu discurso presumir um (pseudo-)conhecimento da realidade no seu todo, sem estar munida de um padrão lógico isomórfico que dê conta da **ordem unívoca** da linguagem e do mundo.

Para Wittgenstein, pelo menos para o Wittgenstein da “primeira fase”, essa univocidade é dada na combinatória entre **facto** [isto é, «a existência de estados de coisas»]⁷ e **imagem** [ou seja, «a apresentação de estados de coisas no espaço lógico»]⁸ numa **proposição** [quer dizer, através de um «sinal através do qual exprimimos o pensamento»]⁹.

A architectónica wittgensteiniana da lógica tende, por conseguinte, a condensar a ordem do mundo e a ordem da linguagem numa espécie de círculo auto-remissivo: assim, se, por um lado, «os factos no espaço lógico são o mundo»¹⁰, por outro lado, também, «o sinal proposicional é um facto»¹¹. Esta estratégia de reenvio entre facto e proposição, entre estado de coisas e pensamento, entre mundo e lógica, parece resolver

6. *Ibid.*, pg. 1

7. *Ibid.*, 2; «o estado de coisas é uma conexão entre objectos» [*Ibid.*, 2.01].

8. *Ibid.*, 2.11; «a imagem lógica dos factos é o pensamento» [*Ibid.*, 3].

9. *Ibid.*, 3.12; «o pensamento pode ser de tal modo expresso, que aos objectos do pensamento correspondem os elementos do sinal proposicional» [*Ibid.*, 3.2].

10. *Ibid.*, 1.13

11. *Ibid.*, 3.14

à primeira vista os intuitos programáticos da analítica, pelo menos do ponto de vista das exigências do “atomismo lógico”, segundo o qual, sendo o pensamento a proposição com sentido¹² e a linguagem a totalidade das proposições¹³, a estrutura do real pode ser logicamente dissecada ou decomposta até à mais ínfima elementaridade.¹⁴ Todavia, na iminência de justificar o “vício dialéctico” do círculo entre factos e proposições, e, além disso, de verificar até onde poderia ir a redução elementar das componentes da expressão, Wittgenstein remete para a noção de “limite formal”¹⁵ o esclarecimento do estatuto fáctico do isomorfismo lógico e dos proto-elementos proposicionais. Tal “limite” permanecerá sempre na periferia de uma análise lógica da linguagem, de tal forma que só uma meta-linguagem¹⁶ pode “misticamente” dar conta dele, mas não coincidir analiticamente com ele.

Ora, aquilo que Wittgenstein considera ser um “limite” da formalização simbólica, poderemos nós entendê-lo como contradição interna do próprio projecto analítico. Com efeito, a “forma idêntica” (isomórfica) que torna possível a figuração do facto mundano no facto lógico da linguagem não pode ser em si representada como um “facto”, razão pela

12. Cf. *Ibid.*, 4.

13. Cf. *Ibid.*, 4.001

14. *Ibid.*, 3.26: «O nome não pode ser decomposto através de nenhuma definição: é um sinal primitivo»

15. *Ibid.*, 4.12: «A proposição pode representar a realidade inteira, mas não pode representar aquilo que ela tem de ter em comum com a realidade, para a poder representar, - a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica, teríamos de nos situar com a proposição fora da lógica, isto é, fora do mundo.»

16. «Cada linguagem tem, como o sr. Wittgenstein diz, uma estrutura a respeito da qual, na linguagem, nada pode ser dito; mas pode haver uma outra linguagem, que se ocupe da estrutura da primeira, e que tenha por sua vez uma nova estrutura - para esta hierarquia da linguagem não existe um limite. O sr. Wittgenstein responderia, claro, que a sua teoria se aplica sem modificações à totalidade destas linguagens. A única resposta seria negar que existe uma tal totalidade. As totalidades acerca das quais o sr. Wittgenstein afirma que é impossível falar logicamente [de facto, o todo (...) é o místico (*Tractatus...*, 6.45)], são, no entanto, pensadas por ele como existentes, e são o conteúdo do seu misticismo. A totalidade que resulta da nossa hierarquia seria não apenas logicamente inexprimível, mas uma ficção (...). Esta hipótese é bastante difícil e consigo ver objecções a ela às quais, de momento, não sei responder.» [*op.cit.*, pg. 23].

qual também não pode em absoluto comunicar-se (e por isso conhecer-se). Ora, se nada pode ser dito acerca da forma do mundo – a qual só se mostra no uso da linguagem – nada em absoluto poderá ser dito com sentido acerca da totalidade do mundo e, portanto, acerca de uma ordem do mundo, já que qualquer enunciado dessa classe será, na sua verdadeira pretensão, um enunciado sobre a forma da linguagem e, por isso mesmo, impossível. Sobra um dilema: ou a analítica se enclausura nos limites da sua formalidade e entra em contradição consigo mesma, ou, então, para não incorrer em contradição, tem de pressupor tacitamente uma “secreta metafísica” da figuração lógica do mundo. É justamente essa tácita possibilidade de uma “secreta metafísica” da lógica da linguagem que desafia a analítica, antes mesmo de dirigir a suspeita contra “o sentido de toda a metafísica”, a ponderar *ab ovo ad mala* o sentido hermenêutico dessa mesma suspeita.

É verdade que a moção de censura dirigida pela analítica ao discurso metafísico tem uma indiscutível dose de pertinência e relevância. Contudo, importaria averiguar se esse desígnio não correrá o risco de assentar numa espécie de crença «totalitária» na eficácia de tal suspeita. Não é contra «toda» a metafísica, como pretendeu R. Carnap, que deve ser dirigida a suspeita de carência de sentido, mas, muito provavelmente, contra «uma determinada» metafísica da ordem linguística. Por isso mesmo, ao insistir numa restauração apocalíptica da ordem lógica, a analítica acaba por incorrer num logro semelhante ao que imputa à metafísica, na medida em que se atreve («pseudo-metafisicamente», poder-se-ia dizer também...) a erigir certezas válidas *a priori* sobre a relação isomórfica entre mundo e linguagem, sem para tal se apetrechar hermeneuticamente de uma pré-compreensão do círculo virtuoso que co-implica mundo da linguagem e linguagem do mundo.

A proverbial ironia de Carnap de que, além de ser “pseudo-científica” nas suas pretensões, a metafísica produz, ainda por cima, “má poesia”

por ficar muito aquém daquilo que a arte é capaz de proporcionar¹⁷, pode igualmente ser devolvida às próprias expectativas “científicas” da analítica: além de ser “pseudo-metafísica” na sua pretensão de controlar logicamente a isonomia mundo-pensamento, é também “má ciência”, pela simples razão de não conseguir converter em verificação lógica a validade do círculo fact-proposição. Tal antinomia manifesta, a nosso ver, o embaraço em que incorre todo o desígnio de instituir uma linguagem unívoca na base de um puro construtivismo formal. Aliás, da mesma forma que a velha lógica ontológica sempre acreditou ser capaz de ler imediatamente nas coisas uma única ordem possível do mundo – tão válida para as coisas como para a linguagem –, também a problemática da interpretação das linguagens artificiais formalizadas mostrará agora que o projecto de uma ordem dedutivo-formal em geral não pode transladar-se para as coisas de forma imediata, a não ser pela mediação hermenêutica de uma pré-compreensão do mundo, a ser exercida nos limites extremos de uma meta-linguagem.¹⁸

Ora, é a partir deste ponto de vista meta-linguístico que temos de situar os antecedentes de uma transformação filosófica da analítica. Essa transformação joga-se comutativamente em dois pólos: um de carácter reflexivo; outro de carácter histórico. No âmbito da reflexão, transformar a filosofia analítica implica extrair hermeneuticamente as consequências últimas da suspeita do sentido dirigida contra toda a metafísica; no âmbito histórico, significa acompanhar em Wittgenstein a reorientação transcendental da análise lógica para a teoria dos jogos linguísticos.

17. Cf. CARNAP Rudolf, «Le dépassement de la métaphysique par l'analyse logique de la langage», in Antonia SOULEZ (dir.), *Manifeste du Cercle de Vienne et autres écrits*, trad. Barbara CASSIN, Paris, 1985, pp. 175-177

18. Cf. APEL Karl-Otto, *La Transformación de la Filosofía*, op.cit., tomo I, pg. 165

II. Da suspeita analítica do sentido da metafísica, ao sentido metafísico da suspeita analítica

Não é possível aceder a uma arquitectura lógica do real sem pressupor já uma *ordo metaphysica* que determine a coextensividade isomórfica do facto, da linguagem e do mundo. Não é essa, todavia, a posição que Ludwig Wittgenstein adopta nos escritos da juventude. Refere o autor, no seu *Tractatus*:

«(...) o método correcto da filosofia seria o seguinte: só dizer o que pode ser dito, i.é, as proposições das ciências naturais (...), e depois, quando alguém quisesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que nas suas proposições existem sinais aos quais não foram dados uma denotação. A esta pessoa o método pareceria ser frustrante – uma vez que não sentiria que lhe estávamos a ensinar Filosofia – mas este seria o único método estritamente correcto. (...)».¹⁹

O critério denotativo constitui, assim, para Wittgenstein, o ponto de vista a partir do qual empreende uma refutação da ideia de metafísica. Quer isto dizer que em causa não está um indeferimento de “toda” a metafísica, mas de “uma” determinada metafísica, a saber, da metafísica avaliada do ponto de vista unilateral da denotação.

O conceito de metafísica implícito no *Tractatus* denota já, por conseguinte, uma teoria **restrita** da figuração do mundo. Com efeito, o mundo é aí redutoramente apresentado como “suma” dos factos, factos esses figurativamente projectáveis como “estados de coisas” no espaço lógico mediante signos, motivo pelo qual, segundo Wittgenstein, «a maior parte das proposições e questões que se escreveram sobre matéria filosófica não são falsas mas sem sentido. Não podemos, pois, responder às questões desta classe de nenhum modo, mas apenas estabelecer o seu **sem-sentido**».²⁰

19. WITTGENSTEIN Ludwig, *Tractatus...*, *op.cit.*, 6,53

20. *Ibid.*, 4,003; destacado nosso.

Ora, é a partir desta conclusão surpreendentemente singela que se postula a insustentabilidade formal da Metafísica. As proposições metafísicas carecem de sentido não por se contentarem apenas em efectuar asserções sobre factos empíricos do mundo, mas por pretenderem estabelecer asserções válidas *a priori* acerca do mundo na sua **totalidade**, ou seja, por procurarem ratificar asserções quer sobre a forma do mundo, quer sobre a condição de possibilidade que determina a forma da sua representação. Ora, para Wittgenstein, tal pretensão decorre unicamente «do facto de nós não compreendermos a lógica da nossa linguagem.»²¹

Subscrevendo por inteiro os pressupostos analíticos do *Tractatus*, Carnap (e todo o movimento neo-positivista subsequente) equaciona a questão do sentido do discurso metafísico de uma forma ainda mais incisiva, transferindo-a do plano “coisista” da proposição fáctica para o âmbito “enunciativo” da expressão sintáctica. Para o pensador alemão, não está em causa, sequer, a reapreciação do estatuto filosófico da metafísica, mas uma supressão pura e simples de tal discurso. Para dotar o discurso filosófico do rigor que lhe compete apenas há que substituir as pseudo-proposições metafísicas por enunciados sintácticos logicamente construídos:

«(...) a análise lógica dos problemas filosóficos mostra como (...) os supostos enunciados da metafísica (...) não passam de pseudo-enunciados. (...) De acordo com este ponto de vista preferimos dizer que a lógica da ciência toma o lugar dessa inextricável meada de problemas que identificamos como filosofia. (...)»²²

A crítica “científica” à metafísica não é apanágio exclusivo da filosofia analítica. Embora noutro contexto e com outros apetrechos teóricos, Kant já procedera a tal depuração, ao remeter a metafísica quer para o domínio prático da razão (ao nível dos seus postulados), quer para

21. *L.c.*

22. CARNAP Rudolf, *The Logical Syntax of Language*, transl. Amethe SMEATON, London, 1971, § 72, pp. 278-279

o domínio lógico da dialéctica transcendental (ao nível das ideias transcendentais). Postas as coisas nestes termos, dificilmente deixaríamos de emparejar Kant e o neo-positivistas no ataque à metafísica. E não só: considerando, com efeito, que Kant distingue entre verdades lógico-formais (adstritas ao âmbito dos juízos analíticos) e proposições empiricamente verificáveis (adstritas ao âmbito dos juízos sintéticos *a posteriori*) poder-se-ia caracterizar kantianamente o alcance epistemológico da analítica da seguinte forma: todos os enunciados da ciência têm de ser ou analíticos ou sintéticos *a posteriori* (isto é, empíricos). Um neo-positivista não levantaria a propósito disso qualquer objecção. O problema é que para os empiristas lógicos, Kant admite, para além das duas espécies de juízos referidos, um terceiro tipo de juízos sem os quais a ciência não pode aceder ao teor de universalidade, necessidade e progressão no conhecimento que lhe é exigido, a saber os juízos sintéticos *a priori*. Esta espécie de juízos (para os quais nem os meios da lógica formal bastam para os conhecer, nem as intuições empíricas são suficientes para os obter) não se afiguram de todo recomendáveis para o desígnio analítico, pois neles assentam os pressupostos metafísicos das ciências empíricas que Kant designou de “proposições da ciência pura da natureza”. Por outro lado, a totalidade destes enunciados constitui para Kant, com efeito, o núcleo duro da “única” metafísica cientificamente possível, de tal modo que toda a ciência da experiência assenta num fundamento sintético *a priori*, formalmente dependente da existência de conceitos *a priori*. Assim, pois, se o nosso conhecimento se reportasse a um mundo independente da consciência, seria incompreensível como poderíamos obter um conhecimento à revelia da experiência; mas se as leis do entendimento forem, *de jure* e *de facto*, as leis que constituem o mundo, é perfeitamente admissível a existência desse conhecimento *a priori* da realidade.

Embora sem contestar a validade da teoria kantiana, a corrente analítica e o empirismo lógico negam o ponto de partida que legitima formalmente o sentido da concepção metafísica de Kant: os conceitos

a priori. Nem na lógica (para os analíticos), nem nas ciências físicas da natureza (para os neo-positivistas), encontramos algo que se apresente ou assemelhe a uma forma apriorística. No que toca à lógica, os seus princípios não assentam em nada que exceda o domínio estritamente formal da sintaxe; no que respeita às ciências físicas da natureza, não é preciso recorrer a condições *a priori* para legitimar o critério empírico de verificação dos seus enunciados. Desta forma, para o empirismo lógico, «l'analyse logique ne triomphe pas seulement de la métaphysique au sens propre et classique du terme, en particulier de la métaphysique scolastique et celle des systèmes de l'idéalisme allemand, mais aussi de la métaphysique cachée de l'apriorisme kantien et moderne. La conception scientifique du monde n'admet pas de connaissance inconditionnellement valide qui aurait sa source dans la raison pure, ni de "jugements synthétiques *a priori*" comme on en trouve au fondement de la théorie kantienne de la connaissance, et a fortiori de toute ontologie et toute métaphysique pré et post-kantiennes». ²³

Ao rejeitarem – neo-positivistas e empiristas lógicos – a possibilidade de o conhecimento depender da existência de juízos sintéticos *a priori*, a tentativa kantiana para, no itinerário transcendental das condições possibilitadoras da ciência, poupar a metafísica à iminência do seu próprio colapso, afigura-se analiticamente inconsequente e, por isso mesmo, também ela desprovida de sentido.

Todavia, é legítimo questionar: não poderá a denúncia da carência de sentido dirigida contra o discurso metafísico ser, a título metafísico, restituída à analítica, envolvendo a pergunta pelo sentido dessa suspeita? Se a essência da representação do mundo consiste, para a analítica, na figuração de factos mediante factos, então como pode a lógica figurar facticamente a isomorfia linguagem-mundo? E será a filosofia analítica capaz de proceder, além disso, a uma “descrição” linguística do uso

23. CARNAP Rudolf – HAHN Hans – NEURATH Otto, «La Conception scientifique du monde. Le cercle de Vienne», in *Manifeste du Cercle de Vienne et autres écrits*, *op.cit.*, pp. 117-118

fáctico dessa isomorfia? Wittgenstein refere que não: com efeito, «a proposição não pode representar a forma lógica, esta espelha-se nela. O que se espelha na linguagem, ela não pode representar. O que se exprime na linguagem, nós não podemos exprimir através dela.»²⁴ Quer dizer: representar a figuração da forma lógica comum à linguagem e ao mundo significa ter que representá-la linguisticamente, o que é impossível, uma vez que essa representação linguística teria de tomar uma posição fora da sua forma de representação.²⁵

Este núcleo proposicional acaba, portanto, por tornar patentes três tópicos fundamentais, aparentemente estranhos à analítica: 1. a consciência dos limites formais da lógica da linguagem, 2. a conversão mística da lógica proposicional a uma meta-linguagem, e 3. o aceno a uma revisão metafísica dos critérios justificacionais na análise linguística.

Ao ter imputado à metafísica um discurso carente de sentido, na base de um critério exclusivamente analítico, o neo-positivismo não se deu conta, por seu turno, da carência de sentido das proposições inaugurais do *Tractatus*, a saber “o mundo é tudo o que é o caso” [*Tractatus* 1] e “o que é o caso, o facto, é a existência de estados de coisas” [*Tractatus* 2]. Contudo, qualquer uma destas proposições cai sob “suspeita”, na medida em que expressa precisamente aquilo que denuncia na metafísica, ou seja, **asserções inaugurais** (de valor quase *a priori*) sobre a forma do mundo na sua totalidade. Na verdade, o acto linguístico de inaugurar proposicionalmente um facto lógico pretendendo dar uma fundamentação quase-ontológica (isto é densificada) ao critério de sentido, não só se vê confrontado com a impossibilidade da sua consumação (devido às restrições analíticas que se auto-impõe), como aspira tacitamente a obter algo que, entretanto, denuncia à metafísica de pretender possuir. Parafraseando Carnap, poder-se-ia também dizer que a pretensão ontológica de tais asserções não só não cumpre aquilo que é exigido

24. WITTGENSTEIN Ludwig, *op.cit.*, 4.121

25. Cf. APEL Karl-Otto, *La Transformación de la Filosofía*, *op.cit.*, tomo I, pg. 221

analiticamente de um enunciado científico, como acaba, além disso, por incorrer em “má metafísica”.²⁶ Ora, não será essa “má metafísica” um indicador fenomenologicamente relevante de uma certa aspiração da análise lógica da linguagem a uma leitura hermenêutica e – porque não dizê-lo? – a uma figuração metafísica do mundo?

Em B. Russell, L. Wittgenstein e R. Carnap surpreendemos, com efeito, uma preocupação aparentada com aquilo que Kant considerava ser a busca metafísica do *quid facti*. A única diferença é que, enquanto a filosofia crítica estabelece a possibilidade do conhecimento sintético *a priori*, a análise lógica aspira, com secreta pulsão transcendental aliás, a uma determinação das condições formais de toda a expressão. No fundo, o extraordinário impulso em torno das investigações lógicas reacende uma tradição que, com Hume e sobretudo Locke²⁷, tende a descobrir o valor filosófico da mediação linguística (aspecto que terá constituído, apesar de tudo, uma das lacunas do kantismo).

Para além do *quid facti*, o problema do *quid juris* coloca sob pressão aporética o empirismo lógico, com particular relevo o neo-positivismo subsequente. Também aqui com uma diferença: enquanto Kant acede a uma legitimação da ciência no âmbito de uma filosofia transcendental que procura justificar a possibilidade do conhecimento, Wittgenstein

26. Carnap tentou superar de modo irrefutável o teor ontológico desta asserção wittgensteineana, substituindo o enunciado *pseudo-objectivo* «O mundo é a totalidade dos factos» (Tractatus..., 1.1) pelo enunciado sintático «A ciência é um sistema de proposições» (*The Logical Syntax...*, pg. 303). Acerca desta permuta, comenta K.-O. Apel: «(...) Esclareçamos que o intento de Carnap em escapar ao modo de falar ontológico coincide e está de acordo com a concepção carnapeana do chamado modo de falar formal, que como tal apenas fala da forma externa, dada através dos sentidos, das proposições e dos nomes. Contudo se levamos a sério esta concepção, a tradução carnapeana perde imediatamente a sua justificação radicada na íntima correspondência entre as proposições sobre o mundo e as proposições sobre a linguagem. (...) Com efeito, só em virtude da correspondência semântico-categorial com a estrutura ontológico-categorial de um facto real se pode conceber a proposição linguística (...) como reprodução figurativa da realidade. (...)» [APEL Karl-Otto, *La Transformación de la Filosofía*, op.cit., tomo I, pp. 222-223].

27. Cf. LOCKE John, *An Essay Concerning Human Understanding*, Vol. II, coll. and annot. Alexander FRASER, Oxford, 1844, book III, chap. 1, 3-7

(que também faz uso do epíteto “transcendental”) acede a uma legitimação da ciência no domínio de uma filosofia analítica que procura, também ela, justificar a possibilidade das proposições lógicas com sentido. Assim, tal como o sustenta F. Jacques, «pour répondre à Kant, la philosophie analytique a apporté une méthode, un lieu théorique et une contribution qu'on ne peut pas négliger. Qu'on songe combien de questions kantienne sont puissamment renouvelées: l'existence et la critique de l'argument ontologique, la vérité mathématique, les antinomies et les limitations intrinsèques de la raison pure. Mais chaque fois que la philosophie analytique va jusqu'à poser le problème transcendantal, elle balbutie plus ou moins consciemment.»²⁸

III. A viragem “metafísica” da analítica: o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*. A teoria dos jogos linguísticos no limiar hermenêutico da linguagem.

Uma leitura atenta das *Philosophische Untersuchungen*²⁹ autoriza-nos a sustentar que a reflexão sobre o “sentido do sentido” linguístico constitui o epicentro das preocupações teóricas do “último” Wittgenstein. Com efeito, a existir um denominador comum às duas fases evolutivas do seu pensamento, ele cifrar-se-á precisamente na linha da **suspeita** contra todo tipo de saber que, em nome ou sob o manto da filosofia, pretenda, à maneira das ciências, erigir proposições ou teorias acerca do mundo.³⁰ Reagindo a essa pretensão, refere Wittgenstein no seu *Tractatus*: «o resultado da Filosofia não é “proposições filosóficas”, mas o esclarecimento de proposições»; e ainda: «o método correcto de Filosofia seria

28. JACQUES Francis, «Philosophie analytique», in *Encyclopaedia Universalis*, vol. XII, Paris, 1977, pg. 991

29. Para situar as referências relativas a *Investigações Lógicas* servir-nos-emos da já citada edição portuguesa do *Tractatus*.

30. Essa continuidade é, de resto, meridianamente abordada e desenvolvida por K.-O. APEL no capítulo «Wittgenstein e o problema da compreensão hermenêutica», in *La Transformación de la Filosofía*, op.cit., tomo I, pp. 339 ss

(...) só dizer o que pode ser dito, isto é, as proposições das ciências naturais – e portanto sem nada que ver com a Filosofia».31

A crítica a uma filosofia capturada pelo sortilégio metafísico e cujo encantamento apenas pode ser quebrado pelos prometeicos recursos da investigação científica, é retomada e enfatizada nas *Investigações Filosóficas*:

«(...) correcto foi não deixar a nossa investigação ser uma investigação científica. A experiência de que «é possível, contra o nosso preconceito, pensar isto e aquilo» não nos podia interessar. (...) E não devemos produzir nenhuma espécie de teoria. Na nossa investigação não deve haver nada de hipotético. Toda a explicação tem de acabar e ser substituída apenas pela descrição. E esta descrição recebe a sua luz, isto é, a sua finalidade, dos problemas filosóficos. É claro que estes não são problemas empíricos, a sua solução estará antes no conhecimento do modo como a nossa linguagem funciona, de maneira a que de facto este modo seja reconhecido – apesar de um instinto para o não compreender. Estes problemas serão resolvidos não pela adução de novas experiências, mas pela compilação do que é há muito conhecido. A Filosofia é um combate contra o embruxamento do intelecto pelos meios da nossa linguagem. (...)»32

O trecho supracitado prepara, em certa medida, o mote que atravessa todo o continente teórico das *Investigações*: a viragem (transcendental, a nosso ver) de uma concepção analítica do mundo da linguagem para uma concepção hermenêutica e pragmática da linguagem do mundo. Tal viragem tem, de resto, uma ressonância quase autobiográfica no modo como o próprio Wittgenstein se vai dando conta dos limites aporéticos de uma concepção estritamente analítica da linguagem. No Prólogo às *Investigações Filosóficas*, desabafa:

31. Cf. WITTGENSTEIN Ludwig, *Tratado lógico-filosófico*, op.cit., 4.112 e 6.53

32. *Idem*, *Investigações Filosóficas*, op.cit., 109

«(...) depois de diversas tentativas mal-sucedidas para soldar os meus resultados num todo, compreendi que nunca conseguiria fazê-lo; (...) as observações filosóficas deste livro são comparáveis a um conjunto de esboços paisagísticos surgidos ao longo de enredadas e longas viagens; (...) assim este livro é, de facto, apenas um álbum (...)»,

para mais à frente rematar:

«(...) Há quatro anos tive ocasião de voltar a ler o meu primeiro livro (o «Tractatus-Logico-Philosophicus») e de explicar as suas teses. De súbito, pareceu-me então que devia publicar conjuntamente a minha **velha** com a minha **nova** maneira de pensar: que esta só poderia ser verdadeiramente iluminada pelo **contraste e contra o campo de fundo** daquela. (...)».³³

Ora, é precisamente no trânsito da “velha” para a “nova” maneira de pensar que a doutrina wittgensteiniana da linguagem oferece o flanco a uma concepção hermenêutica e pragmática, em detrimento de uma concepção puramente analítica. A mutação de perspectiva é, de resto, bem evidente na crítica cerrada que empreende à ideia de linguagem presente nas *Confissões* de Santo Agostinho; o passo da obra que L. Wittgenstein tem em mente é o seguinte:

«(...) Quando eles (os meus pais) diziam o nome de um objecto e, em seguida, se moviam na sua direcção, eu observava-os e compreendia que o objecto era designado pelo som que eles faziam quando o queriam mostrar ostensivamente. A sua intenção era revelada pelos movimentos do corpo, como se estes fossem a linguagem natural de todos os povos: a expressão facial, o olhar, os movimentos das outras partes do corpo e o tom de voz, que exprime o estado de espírito ao desejar, ter, rejeitar ou evitar uma coisa qualquer. Assim, ao ouvir palavras repetidamente empregues nos seus devidos

33. *Ibid.*, *op.cit.*, «Prólogo», 165-166.

lugares em diversas frases, acabei por compreender que objectos é que estas palavras designavam. E depois de ter habituado a minha boca a articular estes sons, usava-os para exprimir os meus próprios desejos. (...)».³⁴

Nestas palavras do Bispo de Hipona encontra-se subjacente, segundo Wittgenstein, a profissão de fé numa certa ideia de essência da linguagem humana, segundo a qual se crê que as palavras designam objectos, que as frases são concatenações de tais designações e que cada palavra possui uma denotação.³⁵ As ideias de designação objectual, de concatenação designativa e de denotação referencial encerram para o filósofo austro-britânico uma perspectiva atomista da linguagem, isto é, a ideia de que a linguagem pode ser explicada mediante a segmentação sistemática do todo linguístico em parcelas cada vez mais decomponíveis e elementares.

Ora, o que, segundo Wittgenstein, torna insustentável tal concepção é o facto de essa redução analítica menosprezar dois dados pré-reflexivos fundamentais, a saber, 1. a multiformidade de contextos em que a palavra é **usada**³⁶ e 2. a multiformidade de situações em que é **interpretada** ou **compreendida**³⁷.

Vê-se, pois, claramente como o primeiro tópico aponta para uma configuração pragmática da linguagem que o próprio autor não se coíbe de sustentar:

34. *Cum ipsi (maiores Homines) appellabant rem aliquam, et cum secundum eam et tenebam hoc ab eis vocari rem illam, quod sonabant, cum eam vellent ostendere. Hoc autem eos velle ex motu corporis aperiebatur: tamquam verbos naturalibus omnium gentium, quae fiunt vultu et nutu oculorum, ceterorumque membrorum actu, et sonitu vocis indicante affectionem animi in petendis, babendis, rejiciendis, fugiendisque rebus. Ita verba in variis setentiis locis suis posita, et crebro audita quarum rerum signa essent, paulatim colligebam, measque jam voluntates, edomito in eis signis ore, per haec enuntiabam.* [AUGUSTINUS Hipponensis, *Confess.*, I, 8].

35. Cf. WITTGENSTEIN Ludwig, *Investigações Filosóficas*, op.cit., § 1

36. Cf. L.c. e § 3

37. Cf. *Ibid.*, op.cit., § 102

«(...) imagina como se poderia talvez ensinar o uso da linguagem. Apontar-se-á para lugares e coisas – mas aqui o apontar tem lugar também no «uso» das palavras e não apenas durante a aprendizagem do uso. O que é que «designam» as palavras desta linguagem? Como é que se há-de mostrar o que designam, a não ser pelo modo como são usadas? (...)».³⁸

O segundo tópico remete, por seu turno, para uma concepção hermenêutica da linguagem. Quer formulada no limite das suas competências enunciativas, quer moldada no limiar dos seus desígnios performativos, a lógica revela-se incapaz, por si só, de nomear e formalizar analiticamente o **contexto de aplicação** e a **situação de interpretação** em que o acto discursivo se torna plenamente saturado de sentido (na perspectiva do “ponto de vista”³⁹ do dizente) e inteiramente investido de eficácia (no contexto da “forma de vida”⁴⁰ do falante). É justamente a partir desse duplo pressuposto que a experiência do **jogo** parece conter o singular privilégio de configurar analogicamente o horizonte pragmático e hermenêutico da linguagem, na medida em que o recorte pragmático e hermenêutico do **acto lúdico** impede a experiência linguística de ser falaciosamente manipulada pela definição unívoca da explicação, ou mesmo artificialmente reduzida à abstracção do conceito.⁴¹ Por conseguinte, a configuração lúdica da linguagem mostra até que ponto a ficção atomista de uma realidade elementarmente decomposta em coisas [a que se referem nomes (que correspondem a ideias)] dificilmente poderá ser sustentada. Refere o autor:

«(...) podemos evitar equívocos ao dizermos: - [Isto] chama-se assim (...). Isto é: às vezes evitam-se equívocos desta maneira. Mas só é possível conceber assim as palavras (...)? É claro que têm de ser explicadas. – Logo, explicadas a partir de outras palavras! E o que é que

38. *Ibid.*, op.cit., §§ 9-10

39. *Ibid.*, op.cit., § 17

40. *Ibid.*, op.cit., § 18

41. Cf. *Ibid.*, op.cit., §§ 68 e 69, respectivamente.

se faz com a última explicação desta cadeia? (Não digas: Não existe uma última explicação. Seria o mesmo que dizer: – Nesta rua não existe uma última casa; pode-se sempre construir uma nova...). (...)),

para concluir depois:

«(...) se a palavra «número» na definição ostensiva de dois é ou não necessária depende do facto de se sem ela a pessoa interpreta a definição ostensiva de uma maneira diferente da que eu quero. E isto depende do facto de as circunstâncias em que é dada e das pessoas a quem dou. E como ela «concebe» a explicação é revelado no uso que faz da palavra assim explicada. (...)».⁴²

Não sendo o conceito de linguagem logicamente verificável⁴³ e, por isso mesmo, não sendo verificável também a infra-estrutura conceptual do discurso filosófico, «os problemas filosóficos surgem quando a linguagem tem um momento de festa»⁴⁴, momento celebrado por assim dizer no “contexto lúdico” do falante.

É na epifania imediatamente reconhecível de um sistema de «parecenças» que o jogo de linguagem recria, sob o signo de «uma **actividade** ou uma **forma de vida**»⁴⁵, as formas de emprego e de interpretação de uma palavra. Explica Wittgenstein:

«(...) Não consigo caracterizar melhor essas parecenças do que com a expressão «parecenças de família»; porque as diversas parecenças entre os membros de uma família, constituição, traços faciais, cor dos olhos, andar, temperamento, etc., etc., sobrepõem-se e cruzam-se da mesma maneira. – E eu direi: os jogos constituem uma família. (...) Mas se uma pessoa quisesse dizer: “Mas todas as construções

42. *Ibid.*, *op.cit.*, § 29

43. Com efeito, esclarece Wittgenstein «não devo serrar o ramo sobre o qual estou sentado» [*Ibid.*, *op.cit.*, § 55].

44. *Ibid.*, *op.cit.*, § 38

45. *Ibid.*, *op.cit.*, § 23; o destacado é nosso.

têm uma coisa em comum – nomeadamente a disjunção de todos os traços comuns” então eu responderia: estás apenas a jogar com palavras. (...)».⁴⁶

É evidente que assistimos a um *salto* qualitativo no modo como Wittgenstein refaz a análise linguística, fazendo-a exorbitar da forma lógica para a **forma lúdica**. Com a noção de “jogo”, Wittgenstein logrou atingir aquilo que uma análise estritamente lógico-formal não lho tinha permitido conquistar: o ponto de vista hermenêutico de uma linguagem aberta à provocação da ontologia e da metafísica. Todavia, nesta viragem reside, a nosso ver, uma verdadeira dificuldade de interpretação do pensamento do “último” Wittgenstein: poder-se-á com efeito formular a hipótese de mera “parecença familiar” dos signos de uma palavra sem incorrer precisamente num conceito essencialista que, justamente, não fica explicado por essa hipótese?

Wittgenstein, ainda assim, nega que, mediante a ideia de jogo, tenha pretendido conhecer e referir algo acerca da essência unitária da linguagem.⁴⁷ Talvez, por isso mesmo, tenha preferido remeter essa ideia para o domínio da **analogia**, em vez de a enclausurar no reduto da explicação:

«(...) O que é que quer dizer saber o que é um jogo? O que é que quer dizer sabê-lo e não ser capaz de o dizer? (...) Não é o meu saber, o meu conceito de jogo, completamente expresso (...) no facto de eu descrever exemplos de jogos de espécies diferentes, de mostrar como, **por analogia** com estes, se podem construir outros jogos de todas as espécies possíveis, de dizer que há situações a que eu já não chamo um jogo, etc. (...)?».⁴⁸

46. *Ibid.*, *op.cit.*, § 67

47. Escutemos o autor: «– Poder-se-ia objectar-me: “Simplificas demais!” Falas de todos os jogos de linguagem possíveis e imagináveis, mas nunca chegaste a dizer qual é a essência do jogo de linguagem e assim da linguagem. (...) E é verdade. – Em vez de especificar o que é comum a tudo a quilo a que chamamos linguagem, eu afirmo que todos estes fenómenos nada têm em comum, em virtude do qual nós utilizemos a mesma palavra para todos - mas antes que todos eles são aparentados entre si de muitas maneiras diferentes.» [*Ibid.*, *op.cit.*, § 65].

48. *Ibid.*, *op.cit.*, § 75; o sublinhado é nosso.

Que ressonâncias hermenêuticas e pragmáticas se propagam nesta ideia de jogo radicada do pensamento de Wittgenstein? Que contributos poderá oferecer tal perspectiva para uma aclaração filosófica do sentido da linguagem?

À luz do distanciamento crítico face às posições inicialmente sedimentadas no *Tractatus*, o impacto onto-lógico do conceito de jogo de linguagem em Wittgenstein pode ser sintetizado em dez cláusulas:

- Primeira: a analítica descreve um sistema de comunicação, embora nem tudo aquilo a que chamamos linguagem é esse sistema.
- Segunda: ensinar a falar não implica apenas explicar a correspondência de uma palavra a um objecto, mas também o adestramento do desempenho linguístico.
- Terceira: o modo de aprender uma linguagem mediante o ensino ostensivo das palavras espelha a forma lúdica como a criança aprende a sua língua materna.
- Quarta: o todo composto pela forma de vida e pelas actividades lúdicas com as quais a linguagem se encontra entrelaçada, constitui o “jogo de linguagem”, razão pela qual toda a linguagem reflecte a forma de vida do utente linguístico, isto é, «depende de facto das circunstâncias em que é dada, das pessoas a quem dou, (...) e do uso que faço da palavra»⁴⁹].
- Quinta: as palavras mostram o que designam pelo modo como são usadas na *praxis* da linguagem, querendo isso dizer que “não falar” não implica apenas “não pensar”, mas implica sobretudo “não-fazer-uso” da linguagem, o que equivale a ponderar o âmbito da extensão e da compreensão do conceito tradicional de racionalidade e de linguagem a uma escala pragmática.

49. *Ibid.*, *op.cit.*, § 29

- Sexta: a noção de jogo não só estilhaça o paradigma taxinómico, ou seja, a obsessão atomista de tudo classificar até à exaustão, como introduz um horizonte teleológico na linguagem, uma vez que «o modo como juntamos as palavras em espécies depende da finalidade da classificação – e da nossa inclinação».⁵⁰
- Sétima: os espartilhos científicos em que se procura moldar a linguagem, tentando-a reduzir nominalisticamente a unidades elementares, escamoteiam a historicidade multiforme e polissémica do acto linguístico, visto que uma definição unívoca de linguagem «pode em qualquer caso ser interpretada de muitas maneiras»⁵¹.
- Oitava: a perspectiva atomista da linguagem só tem sentido se integrada nos princípios metafísicos segundo os quais 1. o todo é mais do que a soma das partes, 2. o composto não se reduz à dissecação dos seus elementos, 3. o complexo dá consistência ao simples, 4. o jogo (e o todo das regras) tem primazia sobre as peças (e os lances isolados) e nunca o contrário, como o faz supor uma redução analítica da linguagem, motivo pelo qual é possível conhecer as regras de uso da linguagem não porque foram ostensivamente explicadas por decomposição exaustiva dos proto-elementos⁵², mas porque são **compreendidas** pré-reflexivamente no próprio acto do jogo linguístico:

«A uma pessoa poder-se-ia dar a explicação «Esta peça é o rei» – quando se lhe mostram peças de xadrez com uma forma que para ela não é habitual. Esta explicação também só lhe ensina o uso da peça porque (...) o lugar onde ela devia ser posta já estava preparado. Diremos então apenas que a explicação ensina o uso quando o lugar

50. *Ibid.*, *op.cit.*, § 16

51. *Ibid.*, *op.cit.*, § 28; esclarece Wittgenstein: «há um número incontável de espécies diferentes de aplicação daquilo a que chamamos “símbolos”, “palavras”, “proposições”. E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas; mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem (...) surgem e outros envelhecem e são esquecidos.» [*Ibid.*, *op.cit.*, § 23].

52. Esclarece Wittgenstein: «Estes proto-elementos eram os “individuais” de Russel e também os meus “objectos” (Tractatus Logico-philosophicus).» [*Ibid.*, *op.cit.*, § 46].

já está preparado. (...) As palavras “esta peça é o rei” só são, pois, uma explicação se a pessoa a quem se explica já “sabe o que é uma peça de jogo”, se porventura já jogou outros jogos ou observou **com compreensão** outras pessoas a jogar (...)»⁵³.

- Nona: o acto de dar um nome é um processo oculto, ou seja «um acto notável da alma, quase um baptismo de um objecto»⁵⁴.
- Décima: a possibilidade criativa do jogo é ilimitada e, nesse sentido, irredutível quer a uma apropriação formal da lógica, quer a uma calibragem normativa da sintaxe, uma vez que tais estratégias condenam a linguagem a um ideal de exactidão sem paraíso perdido nem terra prometida:

«(...) o ideal de exactidão não é unívoco, não sabemos como o devemos conceber, a não ser que tu próprio determines o que é que receberá este nome. Mas vai-te ser difícil fazer uma determinação destas; uma que te satisfaça. (...)»⁵⁵

Chegados aqui, importa colocar o problema crucial que inquieta Wittgenstein na última fase dos seus escritos: «até que ponto é a Lógica algo de sublime?»⁵⁶. Um trecho do § 81 das *Investigações* afigura-se, a esse propósito, deveras elucidativo:

«(...) F.P.Ramsey acentuou em conversa comigo, um dia, que a Lógica é uma “ciência normativa”. Não sei exactamente que ideia é que ele tinha em mente; mas, sem dúvida que estava intimamente relacionada com uma outra ideia que me surgiu muito mais tarde: que, nomeadamente em Filosofia, muitas vezes comparamos o uso

53. *Ibid.*, *op.cit.*, § 31; o sublinhado é nosso.

54. *Ibid.*, *op.cit.*, § 38

55. *Ibid.*, *op.cit.*, § 88

56. *Ibid.*, *op.cit.*, § 89

das palavras com jogos, cálculos com regras fixas, mas não somos capazes de dizer que quem usa a linguagem tem que jogar um destes jogos. (...)».⁵⁷

Quer isto dizer que a peculiar aspiração da Lógica a ter um significado universal e absolutamente unívoco, a servir de infra-estrutura discursiva a todas as ciências exactas e a pretender decompor analiticamente todas as coisas para ver mais fundo e mais longe, já dissimula e, em certo sentido, já indicia um propósito tácito que nada tem de unívoco e analítico: compreender o fundamento de tudo o que está dado na experiência. Tal aspiração nada tem de prometeico, não fosse o facto de, mesmo assim, aquilo que nos é dado compreender não precisar de ser analisado por se encontrar **já-em-aberto** diante dos nossos olhos. Para esclarecer tal “abertura” prévia do sentido do mundo e do mundo do sentido, refere Wittgenstein:

«(...) St. Agostinho (Confissões XI, 14) diz: “quid est ergo tempus? Si nemo ex me quaerat scio; si quaerenti explicare velim, nescio”. – Isto não se poderia dizer de um problema científico (...). Aquilo que sabemos se ninguém nos perguntar, e que já não sabemos se tivermos de explicá-lo é algo que temos que trazer à consciência e, que por um motivo qualquer, dificilmente trazemos à consciência. (...)»⁵⁸

Não deixa de ser curiosa esta apropriação “exegetica” de S. Agostinho, tendo em conta que a teoria do jogo linguístico é erigida, em parte, como contraponto da concepção agostiniana de linguagem. Todavia, o vaticínio de Wittgenstein de que, no limite, nunca acederemos à essência da linguagem parece hermeneuticamente relevante. A essência manifesta-se na linguagem, mas não pode ser decomposta por ela. Não é algo que esteja já exposta à luz do dia e da qual possamos ter um vislumbre panorâmico, mas jaz debaixo da superfície, no interior daquilo que uma análise pode pressentir e nem sempre pode desocultar. Talvez

57. *Ibid.*, *op.cit.*, § 81

58. *Ibid.*, *op.cit.*, § 89

por isso mesmo assuma proporções tão drásticas o dilema wittgensteiniano de que

«(...) quanto mais consideramos a linguagem real, mais forte se torna o conflito entre ela e a exigência (...) cristalina da Lógica. O conflito torna-se insuportável; a exigência corre o risco de se tornar vazia. – Aqui o gelo está polido, falta o atrito, e assim, em certo sentido, as condições são ideais; mas exactamente por isso, também não podemos andar. Nós queremos andar, por isso precisamos de atrito. Regressar à terra áspera! (...)?».⁵⁹

A “terra áspera” da palavra é a linguagem onde ela germina, e a linguagem onde ela germina é apenas esse quotidiano vivido (e não há outro!...⁶⁰) onde o “jogo de linguagem” se entrelaça analogicamente na “linguagem do jogo”, e onde a “linguagem do jogo” é a expressão por excelência do “jogo de linguagem”.

Todavia, impõe-se uma questão: não haverá um círculo vicioso entre “jogo de linguagem” e “linguagem do jogo”? Como quebrar o encantamento desta oscilação? Mesmo chocando de frente contra o intuito wittgensteiniano de «reconduzir as palavras do seu emprego metafísico ao seu emprego quotidiano»⁶¹, o encanto do círculo “jogo da linguagem – linguagem do jogo” fica desfeito mediante a resposta àquela questão já acenada a propósito de uma “secreta metafísica” da lógica: será possível mostrar a carência de sentido das questões metafísicas sem sustentar, por sua vez, de forma dissimulada, uma metafísica?

Ora, é precisamente a presença de uma “secreta metafísica” dos jogos de linguagem que nos leva a postular uma transformação hermenêutica e

59. *Ibid.*, *op.cit.*, § 109

60. Refere Wittgenstein: «Quando eu falo acerca de linguagem (da palavra, da proposição) tenho de falar a linguagem de todos os dias. É esta linguagem um pouco grosseira, material, para exprimir aquilo que queremos dizer? - E como é que se constrói uma outra? - E que notável que é podermos de todo fazer alguma coisa com a que temos! (...)» [*Ibid.*, *op.cit.*, § 120].

61. *Ibid.*, *op.cit.*, § 116

pragmática do pensamento de Wittgenstein. Se, com efeito, entendermos o jogo como “texto” e como “trama” que entretecem a forma de vida e a abertura do e ao mundo, então devemos assumir o jogo como problema-chave de uma filosofia hermenêutica. Nesse sentido, ter-se-á, em boa verdade, que falar de hermenêutica sempre que a ideia de “jogo” constitua o elemento configurador v.g. na narração de uma história vivida ou transmitida, no caso de uma tradução, no âmbito de uma conversação, no caso da interpretação exegetica, etc..

A um nível **pragmático**, importa indagar agora pelas *condições de utência* dos jogos linguísticos, posto que a transformação semântica da lógica, consumada por Wittgenstein nas *Investigações*, traz em si própria o gérmen da aspiração da filosofia analítica à pragmática.

IV. A “transcensão” hermenêutica da analítica no “jogo linguístico”: do acordo à comunicação.

O mote dos escritos do último Wittgenstein reside no êxodo metafísico de uma *analítica descritiva* para uma *pragmática construtiva* da linguagem. Wittgenstein é, de resto, o primeiro a manifestar de um modo radical o sentido filosófico dessa travessia: não é o *espaço lógico* de figuração [*Abbildung*] dos possíveis estados de coisas [*Sachverhalte*] que determina *a priori* o sentido do uso das proposições, mas, pelo contrário, é o *uso* dos signos que decide o *sentido* linguístico das combinatórias proposicionais. A tomada de consciência desta viragem pragmática é de capital importância para se perceber o modo como é introduzida a mais radical aplicação do convencionalismo na história da filosofia analítica.

O facto de Wittgenstein referir em determinado passo que aplicar um determinado padrão linguístico num determinado jogo de linguagem ainda não significa **chegar a um acordo**⁶², tem a sua importância porquanto revela que, no fim de contas, o importante é “chegar a acordo”. Em termos pragmáticos, isso implica que, se por um lado, o signifi-

62. Cf. *Ibid.*, *op.cit.*, § 61

cado dos signos depende de uma *regra-de-aplicação*, por outro lado, o próprio sentido de *aplicação-da-regra* depende, por sua vez, de um **acordo convencional** sobre a sua aplicabilidade. O tópico da *convencionalidade*, entendido em Wittgenstein como alavanca de uma semântica construtiva auxiliar, levanta todavia uma questão: a ideia de “convenção” não abrirá as portas, por exigência do próprio pressuposto “construtivista”, a um *decisionismo arbitrário* das aplicações linguísticas?⁶³ Mais ainda: interpretando estas reflexões à luz do “solipsismo” metódico, não teríamos de ser forçados a reconhecer que o convencionalismo constitui, ainda assim, a expressão de um decisionismo arbitrário e irracional de inspiração nominalista?

Ora, será precisamente o concurso **transcendental** de uma “secreta hermenêutica” do “jogo linguístico” que, em última instância, impedirá a doutrina da “convenção linguística” de resvalar para uma posição “decisionista” e “irracionalista”. É certo que, para a grande maioria dos estudiosos e comentadores da filosofia analítica, os últimos escritos de Wittgenstein *parecem* confirmar a rescisão dos critérios de validação objectiva do discurso metafísico, nomeadamente das condições subjectivas que possibilitam a objectividade em sentido kantiano. Todavia, a cruzada que Wittgenstein empreende contra o *solipsismo metódico* em nome do carácter convencional dos jogos linguísticos, desmente categoricamente essa “pulsão” anti-metafísica.

A impossibilidade de **um só indivíduo** poder seguir **de uma só vez** uma *regra* [quem diz “regra”, diz “fazer uma comunicação”, “dar uma ordem”, “compreendê-la”, etc...⁶⁴], a par da consequente validação do princípio de que as acções, a interpretação do mundo e o uso da linguagem têm

63. Esta pergunta reveste-se de uma importância crucial para se compreender quer o trânsito do nominalismo para o convencionalismo, quer o do convencionalismo para a doutrina hermenêutica do **pré-acordo intersubjectivo**. Acerca do princípio da “convencionalidade” na analítica de Wittgenstein, cf. APEL Karl-Otto, *La Transformación de la Filosofía*, *op.cit.*, tomo II, pg. 233 (n. 51).

64. Cf. WITTGENSTEIN Ludwig, *Investigações Filosóficas*, *op.cit.*, §§ 197 ss.

que se encontrar “entretecidos” nos **jogos de linguagem** como elementos integrantes e integradores da forma de vida **social [comunitária]**, constitui de facto o novo alento hermenêutico e transcendental da filosofia wittgensteineana.⁶⁵

De um ponto de vista hermenêutico, os escritos tardios de Wittgenstein revelam claramente

1. uma *sobredeterminação* do atomismo pelo “texto” do jogo linguístico,
2. uma *configuração* dos jogos de linguagem ao contexto aplicacional da regra,
3. uma *dependência* do contexto aplicacional regulativo em relação à convencionalidade, e
4. uma *elevação* da função operativa da convenção ao patamar vivenciado de um **acto de comunicação** ínsito no **pré-acordo hermenêutico** dos falantes.

Do ponto de vista transcendental, a culminância da doutrina dos jogos de linguagem no acto de comunicação implica necessariamente que o acordo acerca dos critérios para se decidir correctamente em todas as situações possíveis da vida depende necessariamente, em cada jogo de linguagem possível, de uma vinculação *a priori* a regras que, apesar de não poderem ser estabelecidas mediante “convenções”, possibilitam, todavia, a eficácia do procedimento convencional. Tais “meta-regras” de todas as regras convencionalmente estabelecidas não pertencem a um jogo linguístico ou a uma forma de vida determinados, mas terão de

65. Esse novo alento não é só hermenêutico, como também **transcendental**. Dado que Wittgenstein não oferece (nem era suposto que o fizesse...) nenhuma garantia *metafísica* – seja ela objectiva, ou subjectiva – acerca do sentido dos *signos* e da validade das *regras*, Apel entende que a entronização do **jogo linguístico** como *horizonte supremo de todos os critérios de sentido e validade* tem de possuir necessariamente um **valor transcendental**, se não quiser incorrer em “défice” justificativo: cf. APEL Karl-Otto, *La Transformación de la Filosofía*, *op.cit.*, tomo II, pg. 234

pertencer, como sublinha Karl-Otto Apel, ao jogo linguístico transcendental de uma comunidade de comunicação.⁶⁶

Ainda assim, importa questionar: bastará o veredicto comunicacional do acordo para se obviar o embaraço do relativismo linguístico, isto é, a eventualidade de se poder efectivamente compreender cada jogo linguístico *unicamente a partir dele mesmo*? Será suficiente a virtualidade do acordo para mediar o conflito de dois jogos linguísticos com regras totalmente *incomensuráveis* entre si? Ora, se tivéssemos de facto que resolver esse conflito na esfera convencional de um “pacto de circunstância”, não se vê como seria possível quebrar o círculo “arbitrio regulativo / acordo lúdico” sem cair justificacionalmente numa regressão *ad infinitum*. Significa isto que a *incomensurabilidade* não só dos jogos de linguagem entre si, como também das múltiplas regras de cada jogo linguístico em si mesmo, deixa de ser uma aporia estritamente *analítica* para passar a ser um problema atinente à *dimensão histórica* da linguagem e, nesse sentido, apenas escrutinável numa perspectiva **hermenêutica**, quanto mais não seja pelo simples facto de qualquer atitude “convencional” trazer já implicada em si mesma um **pressentimento pré-compreensivo** de que os jogos linguísticos são “incomensuráveis” e, portanto, “entrelaçáveis”, em virtude da sua “historicidade”. A propósito da solvência hermenêutica dessa *incomensurabilidade* e *comutabilidade* históricas, K.-O. Apel refere que «podemos concretizar essa necessidade de um jogo linguístico transcendental em todos os jogos linguísticos, tendo em consideração a forma específica de participar em dois jogos linguísticos diferentes, e que consistiria em compreender hermeneuticamente uma forma de vida extrínseca à minha, (...) compreensão essa possibilitada apenas por uma unidade transcendental de interpretação».⁶⁷

66. *Ibid.*, *op.cit.*, tomo II, pp. 234-235

67. *Ibid.*, *op.cit.*, tomo II, pp. 244

É, pois, em face dessa «unidade transcendental de interpretação» que podemos legitimar o postulado de uma consumação hermenêutica e transcendental da analítica. Essa legitimação exige, em suma, que, ao proceder a um rastreio das posições analíticas, situemos o jogo linguístico numa **viragem transcendental** [*transcendental turn*] do acordo analítico para a intersubjectividade hermenêutica.

Conclusão

Reflexão hermenêutica, contexto lúdico e desígnio transcendental

Apesar de se ter tornado um problema incontornável no marco da filosofia wittgensteiniana, o tópico da “transcendentalidade” ainda se depara na filosofia da linguagem com uma irresoluta ambiguidade. Por um lado, parece indiscutível que a filosofia analítica tentou erigir a análise da linguagem como sucedâneo gnosiológico de uma metafísica da ordem do mundo. Além disso, por outro lado, conceitos tais como “consciência”, “reflexão”, “intenção”, “sujeito” – que fizeram escola desde Descartes a Husserl – são pura e simplesmente conotados na analítica como “psicologismo” (cf. *Tractatus...*, 5.5421)⁶⁸. Tal conotação psicologista não impediu, todavia, Wittgenstein de se referir *reflexivamente* (misticamente, acrescentaríamos nós...) à índole meta-linguística da *forma lógica da linguagem*.⁶⁹ Não obstante, Wittgenstein foi, curiosamente, o primeiro a reconhecer o carácter ambivalente dessa posição, ao dar-se conta de que o dispositivo formal da sintaxe permitia substituir, por um lado, a teoria do conhecimento por uma «crítica da linguagem» [cf. *Tractatus...*, 4.0031; 4.1121] na base de uma “lógica” designada de “transcendental” [cf. *Tractatus...*, 6.13], mas interditava-lhe, por outro, uma reflexão linguisticamente formulável acerca da própria forma lógica da linguagem [cf. *Tractatus...*, 4.121]. Wittgenstein só conseguirá libertar-se dessa aporia na última fase dos seus escritos, precisamente a partir do momento em

68. É nesse sentido que se entende a tese de Wittgenstein, segundo a qual toda «a teoria do conhecimento é filosofia da psicologia» [*Tractatus...*, 4.1121].

69. Cf. *Ibid*, *op.cit.*, 4.121

que se vê constrangido a recuperar o **filão transcendental** da “gramática profunda” do jogo linguístico, gramática essa previamente entretecida nas “formas de vida” e nas “interpretações do mundo” do falante.⁷⁰

O “êxtase” logicista do primeiro Wittgenstein tem o indiscutível mérito, é certo, de dirigir uma suspeita implacável contra os equívocos do solipsismo. Um indivíduo não pode, com efeito, pensar solitariamente, partindo apenas das suas próprias produções de consciência, e, nesse sentido, um filósofo que tenha passado pela analítica contemporânea dificilmente subscreverá a tese de que alguém pode reflectir na periferia da linguagem (ou de um mundo linguisticamente configurado), escudando-se numa auto-reflexão radical, tal como é sustentada pelo solipsismo metódico. Porém, se é verdade que a inspecção analítica da linguagem lança por terra os andaimes e os fundamentos da teoria gnosiológica da consciência isolada, não é menos verdade que, só por si, não basta o carácter supletivo da teoria dos jogos linguísticos para instaurar o ponto supremo de uma reflexão transcendental “sobre” e “mediante” a linguagem. Para atingir essa instância crítica, tanto a análise lógica como a “gramática profunda” dos jogos linguísticos ter-se-iam de assumir como legítimas detentoras das condições de possibilidade do desempenho linguístico. Não é isso, porém, o que se constata na doutrina analítica. Com efeito, a pretensão analítica de “*verificar* objectivamente” a linguagem, mediante o socorro de uma infinita hierarquia de *constructos formais*, incorre num círculo vicioso de impossível superação: por um lado, admite-se como adquirida uma linguagem susceptível de ser objectivamente analisada, e por outro, pretende-se reconstruí-la com pretensões de rigor científico. Assim, na medida em que prescinde da “reflexividade” em favor dos “constructos verificacionais”, a analítica da linguagem cava o fosso que lhe impede de aceder às condições de possibilidade não só do conhecimento, como ainda da própria análise a que se propõe.

70. Cf. *Idem*, *Investigações filosóficas*, *op.cit.*, §§ 337; 507

De onde provém, então, a dificuldade inerente a uma *análise verificativo-construtiva* da linguagem? Apenas do facto de os sistemas linguísticos analisáveis serem **idênticos** às linguagens analisantes, sem que, para tanto, a análise linguística nos dê conta, em termos reflexivos, da **diferença absoluta** entre *linguagem-objecto* e *linguagem-critério*. Estamos, portanto, em presença de uma **formulação dialéctica** que, de modo algum, pode ser “formalisticamente” verificável, nem, muito menos, “construtivamente” justificável. Tal formulação deve ser entendida não propriamente no sentido de uma *apropriação subjectiva* da linguagem-objecto, mas sobretudo no sentido de uma *crítica* acerca da possibilidade de a linguagem se oferecer como *ob-jectum*.

O mesmo erro em que incorre a filosofia moderna, ao acreditar que a consciência pensante é capaz de reflectir solitariamente à revelia do vínculo linguístico, incorre-o também uma filosofia da linguagem que pretenda assumir uma reflexão sobre a pretensão *universal* do conhecimento em termos estritamente analíticos. Na verdade, o projecto analítico enfrenta sérias dificuldades nesse intento, na medida em que, ao erigir uma suspeita implacável contra toda a metafísica, mediante o critério unilateral da *linguagem-cálculo*, o procedimento já arrasta consigo o descrédito da possibilidade dessa reflexão. Com efeito, sabemos como a linguagem-cálculo tende, mediante o respeito integral, tanto das regras sintácticas, como das semânticas, a eliminar a contradição do pensamento e a inibir a auto-referencialidade da linguagem. Todavia, uma teoria que sustente, por um lado, proposições “com sentido”, e suprima, por outro, toda a “auto-referencialidade linguística”, incorre em **contradição** consigo mesma.⁷¹ É, de resto, essa **contradição** que explica o paradoxo radical que informa toda a doutrina do primeiro Wittgenstein, a saber, o facto de se pretender descrever aquilo que, por imperativo analítico, “devemos calar” [cf. “*Tractatus...*”, 7], isto é, descrever a forma lógica da linguagem e do mundo.

71. Cf. BLACK Max, *Language and Philosophy*, Ithaca-N.Y., 1949, pg. 14

Na verdade, a possibilidade de intercambiar “puras” informações objectivas sobre “estados de coisas” na base de um cálculo, bem como expressar, simultaneamente, uma “atitude subjectiva” sobre isso, exige transcendentemente um **pré-acordo** não só sobre as «regras» da linguagem, mas também sobre a sua «aplicação» a estados de coisas experienciáveis, mediante o emprego da linguagem do quotidiano. A inflexão wittgensteineana para a fase analítica dos «jogos linguísticos» reflecte já uma espécie de implícita concessão teórica ao **horizonte lúdico e relacional da comunicação**. Com efeito, só ao nível **comunicacional** de um **pré-acordo** acerca do contexto vital de aplicação das “regras de jogo” da linguagem-cálculo é que a analítica pode efectivamente aceder à reflexão linguística “sobre” e “mediante” a linguagem.⁷² A odisséia wittgensteiniana da analítica para a hermenêutica da linguagem mostra precisamente ao pensador solitário até que ponto, ao operar nos limites comunicacionais do jogo linguístico, deverá renunciar ao seu solipsismo metódico sempre que pretender estabelecer para os outros aquilo que tem validade para si mesmo.

72. Para Apel, tal acesso «pressupõe que os jogos linguísticos (...) levam implícita a possibilidade de autotranscender-se mediante a auto-reflexão, e que tal autotranscensão é efectivamente provocada pela comunicação entre os distintos jogos linguísticos ou formas de vida.» [APEL Karl-Otto, *La Transformación de la Filosofía*, op.cit., tomo II, pg. 307].